

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-
ÁRIDO PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE CARAÚBAS
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LETRAS LIBRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (2025)

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO AEE PARA O ENSINO: A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO FRANCISCO, EM FELIPE GUERRA

Magna Monalyza Marinho Morais ¹

Eldio Pinto da Silva ²

RESUMO

Este estudo aborda os desafios e algumas propostas de intervenção como estratégias pedagógicas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na inclusão de alunos surdos na Escola Estadual Antônio Francisco, localizada em Felipe Guerra, Rio Grande do Norte. O objetivo principal é identificar os desafios e propor intervenções como estratégias pedagógicas que podem ser adotadas no atendimento educacional especializado (AEE) e em sala de aula regular, como também observar os tipos de dificuldades enfrentadas e as estratégias utilizadas para promover a inclusão educacional de alunos surdos. A justificativa está pautada na relevância de compreender como é a inclusão de estudantes surdos, para o ensino, mesmo com escassez de interpretes de Libras, dificultando a comunicação com o surdo. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada na pesquisa sobre o tema e em entrevistas com a professora do AEE e com uma aluna surda. A fundamentação teórica se apoia em autores como Lima e Santos (2013), com o texto *AEE - atendimento educacional especializado para alunos surdos: um direito a ser garantido*; Lima e Santos (2014) com “AEE para Surdos: O Legal e O Real”; Vasconcelos (2020) com *O atendimento educacional especializado no ensino para alunos surdos em classe regular da educação básica* e o texto *Deficiência auditiva e o atendimento educacional especializado*, de Braga Júnior e Bedaque (2015). Dessa forma, quer-se observar a formação educacional de uma aluna surda, identificando barreiras a aprendizagem e propondo recursos e estratégias que favoreçam sua inclusão, indicando a necessidade de maior capacitação docente e de adoção de materiais didáticos e pedagógicos para a superação das barreiras comunicacionais e pedagógicas enfrentadas. Este trabalho contribui para a ampliação do debate sobre inclusão escolar e para o aprimoramento das práticas educacionais voltadas aos alunos surdos.

Palavras-chave: AEE; Inclusão; Surdos; Libras.

ABSTRACT

This study addresses the challenges and some proposed interventions as pedagogical strategies for Specialized Educational Assistance (AEE) in the inclusion of deaf students at the Escola Estadual Antônio Francisco, located in Felipe Guerra, Rio Grande do Norte. The main objective is to identify the challenges and propose interventions as pedagogical strategies that

¹ Graduanda do curso Letras Libras, Universidade Federal Rural do Semi-Árido. e-mail: magna.morais@alunos.ufersa.edu.br;

² Professor de Teoria da Literatura e Literaturas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. e-mail: eldio.pinto@ufersa.edu.br

can be adopted in AEE and in the regular classroom, as well as to observe the types of difficulties faced and the strategies used to promote the educational inclusion of deaf students. The justification is based on the relevance of understanding how the inclusion of deaf students is for teaching, even with a shortage of Libras interpreters, making communication with the deaf difficult. The methodology used was qualitative, based on research on the subject and interviews with the ESA teacher and a deaf student. The theoretical basis is based on authors such as Lima and Santos (2013), with the text *AEE - atendimento educacional especializado para alunos surdos: um direito a ser garantido*; Lima and Santos (2015) with “AEE para Surdos: O Legal e O Real”; Vasconcelos (2020) with *O atendimento educacional especializado no ensino para alunos surdos em classe regular da educação básica* and the text *Deficiência auditiva e o atendimento educacional especializado*, by Braga Júnior and Bedaque (2015). The aim is to observe the education of a deaf student, to provide resources and strategies that limit the barriers to learning, indicating the need for greater teacher training and the adoption of teaching and pedagogical materials to overcome the communication and pedagogical barriers faced. This work contributes to broadening the debate on school inclusion and to improving educational practices for deaf students.

Keywords: AEE; inclusion; deaf; Libras.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo identificar os desafios e estratégias pedagógicas de ensino com inclusão de alunos surdos na Escola Estadual Antônio Francisco, em Felipe Guerra, e os objetivos específicos são identificar os tipos de estratégias pedagógicas de ensino com inclusão de alunos surdos na instituição pesquisada; apontar os principais desafios enfrentados e elencar algumas estratégias que podem ser utilizadas no ensino para a inclusão de alunos surdos. Dessa maneira, quer-se abordar um tema de grande interesse no cenário educacional contemporâneo, que é observar a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, especificamente o surdo. No Brasil, a Lei nº13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a política nacional de educação especial na concepção da educação inclusiva, que busca assegurar acesso à educação de qualidade. Assim, propõe-se discutir a execução do atendimento educacional especializado (AEE) para alunos surdos com ênfase na atuação na Escola Estadual Antônio Francisco.

A Escola Estadual Antônio Francisco, localizada em Felipe Guerra, Rio Grande do Norte, foi fundada em 1º de setembro de 1962, o nome é dado em homenagem a um líder local, oferece ensinos fundamental 2 e médio. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola retrata bem os desafios em direção da inclusão não só de surdos, mas de alunos com deficiência, inserida em um contexto socioeconômico e cultural específico que afeta diretamente nas práticas educacionais. Dentre as principais obstáculos estão as dificuldades comunicacionais, a formação escassa dos professores e de recursos adequados. Daí a importância de elencar os desafios e propor estratégias para melhorar o atendimento inclusivo do surdo.

O estudo se justifica em razão da percepção sobre os desafios no atendimento do (AEE) na inclusão de alunos surdos no sistema educacional brasileiro, o que exige estratégias de adaptação de práticas pedagógicas, como também recursos específicos que atendam às necessidades comunicativas e educacionais. Embora a legislação educacional e as políticas públicas tenham avançado na garantia dos direitos desses estudantes, a realidade das escolas, em regiões socioeconômicas mais vulneráveis, ainda representa lacunas significativas, na Escola Estadual Antônio Francisco, essa situação não é diferente, ela enfrenta dificuldades diariamente no ensino de alunos surdos, tanto em contexto das aulas regulares quanto no

atendimento educacional especializado (AEE), por falta de formação específicas dos professores e escassez de intérpretes de Libras, o que limita a comunicação com o surdo.

Para a coleta de dados foi analisado problemas que geram os desafios e elaborado algumas propostas de intervenção como estratégias pedagógicas para o atendimento educacional especializado (AEE). A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando questionários aplicados com a professora e com uma aluna surda, sendo delineada a partir de pesquisa sobre a temática e da observação realizada durante o estágio supervisionado em que acompanhei diretamente as interações entre uma aluna surda e sua professora do AEE, essa experiência permitiu a abordagem de informações valiosas que servem para a construção e análise do tema.

No que concerne ao referencial teórico escolhemos os seguintes textos: *AEE - atendimento educacional especializado para alunos surdos: um direito a ser garantido*, de Sandra Arnaldo de Amorim Lima e Almir Barbosa Santos; *AEE para Surdos: O Legal e O Real*, de Maria Eliziane Pereira de Lima e Uilma da Silva Santos; *O atendimento educacional especializado no ensino para alunos surdos em classe regular da educação básica* Ivete Loula Vasconcelos e *Deficiência auditiva e o atendimento educacional especializado*, de Francisco Varder Braga Júnioer e Selma Andrade de Paula Bedaque. Assim, a inclusão escolar de alunos surdos no ensino regular é um desafio significativo, exigindo práticas pedagógicas adaptadas, recursos específicos e apoio especializado. A educação inclusiva, conforme a LBI e a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), assegura o direito dos estudantes com deficiência de participarem plenamente do ambiente escolar regular, com o suporte necessário para sua aprendizagem e desenvolvimento. O atendimento educacional desempenha um papel central nesse processo, oferece recursos, estratégias e metodologias que complementam o ensino regular. No caso de alunos surdos, é essencial a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como instrumento de comunicação e mediação pedagógica, conforme estabelecido pelo decreto nº 5.626/2005.

2 Atendimento Educacional Especializado: fundamentos teóricos

O atendimento educacional especializado (AEE) desenvolve a observação do processo de inclusão escolar, destacando o direito à educação para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. O AEE tem como objetivo complementar ou suplementar o ensino regular, oferecendo recursos, estratégias e serviços que atendam às necessidades específicas dos estudantes. O serviço geralmente é ofertado no contraturno escolar, em espaços como as salas de recursos multifuncionais, onde são realizadas atividades voltadas para o desenvolvimento, habilidades e competências dos alunos. Em casos de alunos surdos, o AEE pode abranger o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras), adaptação de materiais didáticos, uso de tecnologias assistivas e apoio na comunicação, além de orientações à família e aos professores. Dessa forma, deve-se observar que a inclusão de alunos surdos no sistema regular de ensino, representa um desafio complexo, que demanda uma articulação eficaz entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas que promovam a inclusão.

No contexto socioeconômico e cultural, Felipe Guerra, localizada na Chapada do Apodi, possui uma economia baseada na agricultura familiar. Culturalmente, a cidade valoriza suas tradições nordestinas, como festas religiosas, festas juninas, músicas regionais. Felipe Guerra é conhecida por suas grutas e cavernas. Apesar de sua riqueza cultural e natural, a cidade enfrenta desafios sociais, como a de serviços básicos, que impactam o desenvolvimento educacional e a inclusão, especialmente de pessoas com necessidades específicas. Na Escola Estadual Antônio Francisco, esses desafios se tornam intensificados devido às limitações de recursos e de particularidades da comunidade. Nesse cenário, torna-se necessário questionar as práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora do AEE, as estratégias adotadas e o

envolvimento de uma estudante surda para compreender os avanços e as lacunas na inclusão de surdos.

No contexto específico da Escola Estadual Antônio Francisco, foi criada no dia 1º de setembro de 1962 e oferece ensino fundamental 2 e ensino médio, nos turnos matutino e vespertino. Através do atendimento especializado, a instituição começou a atender alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo alunos surdos. O atendimento educacional especializado (AEE) reflete bem os desafios da Escola na condução da inclusão não só de surdos, mas de alunos com necessidades especiais, introduzida em um contexto socioeconômico e cultural específico que afeta diretamente nas práticas educacionais. Então, o AEE surge como um componente crucial para assegurar que os estudantes assistidos tenham acesso a uma educação de qualidade e estejam plenamente integrados ao ambiente escolar, pois o AEE enfatiza a importância da Libras no ensino de estudantes surdos, com base na legislação (Lei nº 10.436/2002 e decreto nº 5.626/2005). O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um direito garantido pela Constituição Federal (1988), no artigo 208, inciso III. Esse serviço é essencial para assegurar a escolarização de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo oferecido de forma complementar ao ensino regular em escolas de todo o Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, no artigo 4º, reforça essa garantia ao estabelecer, em seu inciso III, que o AEE deve ser assegurado ao público da educação especial em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, preferencialmente na rede regular.

Nesse contexto, a Escola Estadual Antônio Francisco é uma das instituições que oferecem esse serviço, buscando promover a inclusão de alunos surdos e de outros estudantes da educação especial. A seguir, apresentam-se imagens da fachada da escola e do rol de entrada, destacando o espaço onde essas atividades ocorrem.

Figura 1- Frente da Escola



Fonte: Imagem própria, 2025

Figura 2- Entrada da Escola



Fonte: Imagem própria, 2025.

De acordo com Lima e Santos (2014), o AEE tem por principal finalidade complementar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, proporcionando recursos e estratégias que eliminem, de certa forma, as barreiras da aprendizagem. Para os alunos surdos, há o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), os materiais visuais adaptados, a presença de intérpretes e as formações de professores, envolve, sobretudo, o uso de métodos e tecnologias que promovam a comunicação e a presença de intérpretes que atuam como mediadores. No entanto, a efetivação desses princípios enfrenta uma série de desafios.

O referencial teórico reflete sobre inclusão escolar, políticas de AEE e práticas na educação de surdos, buscando identificar as estratégias mais eficazes e os principais desafios

na busca por uma educação inclusiva de qualidade que possam ser inseridos na Escola Estadual Antônio Francisco. Daí, a importância de estudos de Braga Júnior e Bedaque (2015, p. 29):

Visa à integração do aluno ou da pessoa com deficiência auditiva na comunidade ouvinte, vendo a deficiência como uma patologia que pode ser melhorada por meio de estimulação auditiva e utilização de metodologias de oralização. Dessa forma, acreditam que a criança com deficiência auditiva pode chegar à compreensão da fala e iniciar a oralização, porém, vai depender do início da estimulação, do tipo e do grau da perda, do momento em que a adquiriu e da participação da família.

Para Braga Júnior e Bedaque (2015), integrar alunos com deficiência auditiva na comunidade ouvinte e defende o uso de estímulos auditivos e metodologias de oralização, podendo promover a criança a compreender a fala e se comunicar oralmente. É importante falar que, para muitas pessoas surdas, a língua de sinais é um meio natural de comunicação, onde a inclusão vai muito além da oralização. Braga Júnior e Bedaque (2015, p. 30) acrescentam:

No Brasil, a língua de sinais tem seu início oficialmente com a fundação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), no Rio de Janeiro, no governo imperial de D. Pedro II em 1857. Somente em 1957, por iniciativa da diretora Ana Rímoli de Faria Dória e por influência da pedagoga Álpia Couto, finalmente a Língua de Sinais foi oficialmente proibida em sala de aula. Medidas como o impedimento do contato de alunos mais velhos com os novatos foram tomadas, mas nunca o êxito foi pleno e a LIBRAS sobreviveu durante esses anos dentro do atual INES.

Braga Júnior e Bedaque (2015) destacam a trajetória histórica da Libras no Brasil, iniciada oficialmente com a fundação de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1857, no período do governo de D. Pedro II. Apesar de desafios, como a proibição formal em sala de aula em 1957 sob a direção de Ana Rimoli de Farias Dória, influenciada pela pedagoga Álpia Couto, a Libras resistiu e permaneceu no INES, assegurando sua existência.

No contexto da inclusão escolar, o AEE atende às necessidades específicas e não apenas complementa a formação dos alunos surdos, mas também respeita o ritmo de aprendizagem individual e as particularidades de cada estudante. Como destacado, “[...] o AEE trabalha as reais necessidades do educando surdo, respeita seu ritmo de aprendizagem e suas especificidades, desenvolve a autonomia, e contribui para a aprendizagem na sala de ensino regular” (Vasconcelos, 2020, p. 2). Essa abordagem personalizada é essencial para garantir que os alunos surdos não apenas acompanhem o conteúdo pedagógico, mas também se desenvolvam de forma plena e autônoma dentro do ambiente escolar. Vasconcelos (2020, p. 2) ressalta:

A Constituição de 1988 introduziu dispositivos legais para pessoa com deficiência nos âmbitos sociais. No que se refere a educação, designou o direito à educação para todos, incluindo as pessoas com deficiências na rede regular de ensino; além disso, o decreto 5.626/2005 regulamentou a lei de Libras 10.436/2002 que prevê o atendimento especializado o intérprete educacional com as necessárias adaptações metodológicas para os alunos surdos.

De acordo com Vasconcelos (2020), a Constituição Federal de 1988 marcou um avanço significativo nos direitos das pessoas com deficiência, contendo a garantia de acesso à educação em igualdade de condições. No que diz respeito à educação, a constituição assegura o direito de todos à educação, incluindo a inserção de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Completando esse marco, o decreto 5.626\2005 regulamentou a lei da Libras (Lei 10.436\2002), que estabelece o uso da Língua Brasileira de Sinais e prevê a presença de intérpretes

educacionais e adaptações metodológicas necessárias para a inclusão dos alunos surdos.

A idealização deste trabalho surgiu de observações sobre o AEE durante o estágio supervisionado, nesse período se acompanhou as interações entre uma aluna surda e a professora do AEE. Essa vivência permitiu a coleta de dados relevantes para a construção e análise do tema. Durante o acompanhamento, o foco esteve nas estratégias de comunicação adotadas, na adaptação de conteúdos e na dinâmica de interação entre professor e aluna. Além das observações, foi elaborado e aplicado um questionário direcionado para a professora responsável pelo AEE, buscando identificar os principais desafios e dificuldades enfrentados, a forma de comunicação, as adaptações curriculares realizadas e outro para uma aluna surda que participava do atendimento. Para fundamentar a abordagem qualitativa, Câmara (2013, p. 180) ressalta:

[...] o entendimento sobre o objeto de estudo e melhor esclarecer os dados quantitativos, pois capta as nuances da percepção dos entrevistados para ampliar a compreensão da realidade vivida pelos respondentes e aprofunda a questão de como as pessoas percebem os fenômenos estudados.

A análise qualitativa, conforme Câmara (2013), enfatiza a importância de captar as experiências pessoais dos entrevistados, oferece uma compreensão mais rica e detalhada do fenômeno em estudo. Ao assimilar as experiências e interpretações pessoais, a pesquisa qualitativa aprofunda a compreensão da realidade vivida pelos participantes. Em outras palavras, ao investigar “como” as pessoas percebem e experimentam determinado fenômeno, a pesquisa qualitativa enriquece a interpretação dos dados quantitativos, possibilitando uma compreensão mais completa e profunda do contexto pesquisado.

Por fim, buscou-se não apenas identificar as práticas e barreiras existentes na Escola Estadual Antônio Francisco, mas também evidenciar que a inclusão de alunos surdos vai além do ambiente escolar, envolvendo questões sociais, culturais e estruturais que exigem maior atenção e investimento.

2.1 Desafios do AEE para a Inclusão de alunos Surdos

A inclusão de alunos surdos no sistema educacional brasileiro retrata um desafio para uma educação de qualidade, que exige estratégias de adaptação de práticas pedagógicas e recursos específicos que atenda as necessidades psicológicas, comunicativas e educacionais. Embora a legislação educacional e as políticas públicas tenham avançado na garantia dos direitos desses estudantes, a realidade das escolas, em regiões socioeconômicas mais vulneráveis, ainda representa lacunas significativas, na Escola Estadual Antônio Francisco, em Felipe Guerra, essa situação não é diferente, ela enfrenta dificuldades diariamente no ensino de alunos surdos, tanto em contexto das aulas regulares quanto no atendimento educacional especializado (AEE).

Abaixo vemos o ambiente interno da Escola Estadual Antônio Francisco.

Figura 3- Corredor das salas de Aula.



Fonte: Imagem própria, 2025.

Figura 4- Pátio da Escola.



Fonte: Imagem própria, 2025.

Entender os desafios enfrentados pela instituição pesquisada, como também identificar as estratégias utilizadas pelos professores pelo atendimento do AEE para promover a inclusão dos alunos surdos no espaço escolar e o desenvolvimento de metodologias eficazes e adaptadas ao contexto local. De acordo com Lima e Santos (2013, p. 2):

E é nesta perspectiva que nasce a educação inclusiva como principal área de apoio a esta mudança, pois a mesma vem buscar garantir uma educação que valorize a pessoa, como ela é, ou seja, um indivíduo que necessita urgentemente de liberdade pessoal e social para participar efetivamente da sociedade em que está inserido. Assim, surgem as pessoas com necessidades educacionais especiais necessitando garantir o seu espaço individual e social como cidadão, querendo também exercer a sua cidadania e, além disso, garantir que os seus direitos sociais sejam respeitados a fim de que se tornem uma realidade.

Para Lima e Santos (2013), a educação inclusiva não é apenas uma questão de acesso ao sistema educacional, mas também de valorização do indivíduo em sua totalidade, reconhecendo sua dignidade de liberdade pessoal e social. É fundamental reforçar que a inclusão vai além da simples inserção física dos alunos em ambientes escolares regulares, ela exige uma transformação na mentalidade e nas práticas educacionais, onde o respeito e a valorização das diferenças são centrais. Deve-se destacar que o objetivo da educação inclusiva é assegurar que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, possam exercer sua cidadania, ter seus direitos respeitados e que possam participar ativamente na construção de uma sociedade justa e equitativa.

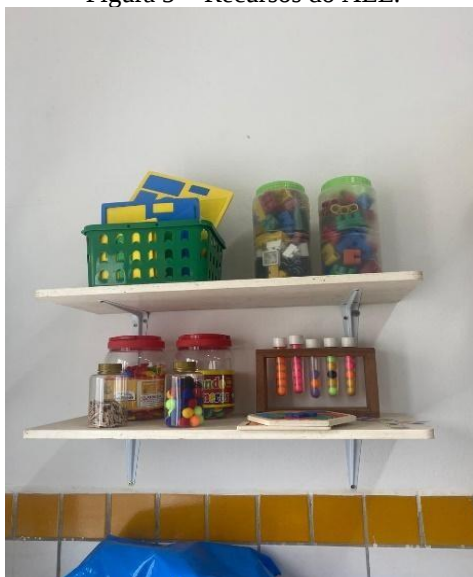
Nesse sentido, observa-se que no AEE e nas salas de recursos multifuncionais, há lacunas significativas no apoio especializado devido a falta de formação adequada dos profissionais, a escassez de recursos acessíveis e uma limitação da compreensão da Libras como ferramenta central no processo de ensino-aprendizagem para surdos. Lima e Santos (2014, p. 23) destacam:

Art. 2º - O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Art. 5º - O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo

ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

De acordo com Lima e Santos (2014), o atendimento educacional especializado (AEE) serve como uma ferramenta fundamental para garantir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais como os alunos surdos no ambiente escolar. O artigo 2º enfatiza que o AEE tem um papel importante de complementar a formação desses alunos, dispondo serviços e recursos para que o aluno possa participar ativamente da sociedade e ter um bom desenvolvimento de sua aprendizagem. Já no artigo 5º esclarece que o AEE não substitui o ensino regular, mas é ofertado de forma em salas de recursos multifuncionais, em horários diferentes dos das aulas regulares. Percebe-se que essa organização permite que os alunos recebam apoio necessário sem comprometer a participação nas classes comuns. Daí a busca para identificar os desafios e propor estratégias pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) como apoio de ensino com inclusão de alunos surdos na Escola Estadual Antônio Francisco. A seguir vemos imagens do ambiente da sala de AEE com destaque para o material de apoio pedagógico.

Figura 5 - Recursos do AEE.



Fonte: Imagem própria, 2025.

Figura 6 - Recursos do AEE



Fonte: Imagem própria, 2025.

Portanto, é necessário reconhecer que os desafios do AEE na inclusão de alunos surdos, vão além da infraestrutura física e atingem a formação docente, sendo que investir na capacitação dos docentes em Libras, na adaptação curricular, na disponibilização de intérpretes e materiais acessíveis são essenciais para garantir o acesso e o direito à educação de alunos surdos. Além disso, deve-se fortalecer a visão de que a inclusão se trata de um processo contínuo que valoriza a diversidade, respeita as diferenças e proporciona o protagonismo dos sujeitos no cenário educacional. Com isso, a superação dos desafios do AEE poderá não apenas contribuir para a melhoria do ensino na Escola Estadual Antônio Francisco, mas também servir de referência para outras instituições que sofrem realidade semelhante.

É interessante salientar que a sala do atendimento educacional especializado (AEE), na Escola Estadual Antônio Francisco, funcionava em um espaço só para seus atendimentos, com o tempo, barreiras significativas apareceram, fazendo com que o ambiente fosse dividido entre sala do AEE e a biblioteca, isto porque a antiga sala que funcionava a biblioteca precisou ser

cedida para outra atividade. Isso é mais um desafio do AEE na escola citada, prejudica a funcionalidade do atendimento, dificultando a adaptação do espaço para atender às necessidades específicas dos alunos ali assistidos, em especial da aluna surda.

Observe nas imagens abaixo como o ambiente da sala de AEE era dividido com a biblioteca da Escola.

Figura 7- Algun dos Recursos do AEE.



Fonte: Imagem Própria, 2025.

Figura 8- Biblioteca da Escola.



Fonte: Imagem Própria, 2025.

A seguir apresentar-se-á as entrevistas com a professora do AEE da Escola Estadual Antônio Francisco e, conseqüentemente, com uma aluna surda assistida pela instituição em questão.

3 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com o objetivo de explorar as percepções sobre desafios e estratégias relacionadas à inclusão da aluna surda no ambiente escolar. Participaram da coleta de dados a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e uma aluna surda, ambas com papéis fundamentais no processo inclusivo.

a. Entrevista com a professora do AEE:

A docente apresentou respostas importantes ao questionário relacionado ao processo de inclusão da aluna surda na escola. A professora relatou que a aluna estava matriculada na 3ª série do Ensino Médio, a forma de comunicação usada pela professora do AEE e da aluna surda na sala de aula é em forma oral, pois a aluna sempre foi educada pelo oralismo. Sena, Carvalho e Melo (2018, p. 1) ressaltam:

O Oralismo é uma metodologia de ensino aplicada nas práticas pedagógicas desenvolvidas ao educando surdo. A referida corrente foi oficializada a partir do Congresso Internacional de Educação de Surdos que ocorreu em Milão no ano de 1880, definindo o Oralismo como única metodologia que deveria ser destinada ao ensino da população surda, com o objetivo e integrar o surdo no mundo dos ouvintes.

De acordo com Sena, Carvalho e Melo (2018), o oralismo consolidou-se como metodologia após o Congresso de Milão em 1880, o método enfatizava a integração dos surdos ao universo ouvinte por meio da fala e da leitura labial, negligenciando as especificidades linguísticas e culturais da população surda. Essa abordagem resultou na exclusão da língua de sinais como ferramenta educacional, restringindo as possibilidades de expressão e interação dos

surdos dentro e fora do ambiente escolar.

Para que houvesse distinção das falas do entrevistado na íntegra, as perguntas encontram-se numeradas e em negrito. Vejamos a seguir:

1. Você sente dificuldades para ensinar o aluno surdo? Se sim, quais dificuldades?

Entrevistada: Um pouco, a maior dificuldade é a não aceitação do uso de língua alternativa ou Libras como primeira língua, de forma que pudesse facilitar o acesso a informações e a melhorar a comunicação com os colegas.³

A resposta da professora evidencia um dos desafios recorrentes no processo de ensino de alunos surdos, que é a resistência em adotar a Libras ou outra língua alternativa como primeira língua. Essa dificuldade não apenas impacta o acesso às informações por parte do aluno, mas também limita a interação e a comunicação com os colegas, comprometendo o desenvolvimento de uma verdadeira inclusão escolar. Esse cenário reflete a importância de promover uma maior sensibilização e formação no ambiente escolar, tanto para professores quanto para a comunidade, sobre a relevância da Língua de Sinais como ferramenta essencial no processo educativo de surdos. Além disso, destaca a necessidade de políticas educacionais mais claras que incentivem o uso da Libras desde a base educacional, fortalecendo a comunicação, a autonomia e a integração social dos surdos.

2. O aluno surdo apresenta dificuldades em seu processo de escolarização? Se sim, quais dificuldades?

Entrevistada: Sim, apresenta, devido a limitação da audição, mesmo tendo acompanhamento do AEE, a aluna ainda apresenta limitações.

Diante da resposta da professora, podemos destacar Lacerda (2006, p. 165), que ressalta:

Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Disso advém a necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

A citação de Lacerda (2006) destaca que as dificuldades linguísticas enfrentadas por crianças surdas resultam em defasagens educacionais, com desenvolvimento e conhecimento aquém do esperado para sua idade. Essa realidade reflete a importância de estratégias educacionais inclusivas que considerem as especificidades linguísticas e culturais dos alunos surdos. A adoção de metodologias de ensino como o do atendimento educacional especializado (AEE) oferece suporte pedagógico que considera as especificidades citadas. Como também, tem como objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades educacionais especiais.

3. Você acha que existe a necessidade de alguma adaptação curricular para os alunos surdos? Se sim, ela é feita?

³ ³ Se tratando de uma entrevista em que os registros foram anotados em folhas de ofício, vamos colocar em destaque as respostas sem uso de referências.

Entrevistada: Dependendo da particularidade e aceitação de cada um, pode ser necessária.

Conforme consideração da entrevistada, percebe-se articulação com a fala de Souza, ela evidencia a necessidade de mudanças no paradigma educacional tradicionalista para atender às especificidades dos alunos surdos. Souza destaca:

O processo de adaptação curricular é algo que se tem necessidade de mudança nos paradigmas nesse universo educacional, que ainda demonstra ser tão tradicionalista. O professor em meio aos desafios de estrutura física tem evidentemente o desafio de ter cada vez mais, uma sala de aula numerosa e diversa, isso demanda a necessidade de se reinventar no seu trabalho como também ir à busca de parcerias a fim de que melhore a dinâmica de trabalho escolar respeitando a identidade e cultura surda. (Souza, 2021, p. 6)

O professor enfrenta desafios diariamente, com a infraestrutura inadequada e turmas super lotadas com várias diversidades, que exigem a reinvenção de suas práticas pedagógicas. A adaptação curricular é essencial para promover a inclusão efetiva dos alunos surdos, garantindo-lhes acesso ao conhecimento. Isso implica na utilização do atendimento do AEE na adaptação curricular, para a incorporação da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

4. Você conhece e sabe usar Libras?

Entrevistada: Conheço e uso alguns sinais básicos.

5. Você acha que a Libras é importante no processo de escolarização do surdo? Porque?

Entrevistada: Com certeza! Facilita, principalmente, a comunicação em grupo.

A entrevistada destaca a importância da Libras. Nesse contexto, pode-se refletir assertiva de Domanovski e Meyer (2016, p. 4), que retratam:

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que não existe inclusão do surdo se as pessoas não souberem LIBRAS, porque são necessárias condições que favoreçam o desenvolvimento e a integração do surdo na escola e na sociedade, mostrando assim que ele é capaz de se comunicar e produzir como os demais. Então, a responsabilidade da escola não é apenas facilitar o aprendizado, diminuindo ou recortando conteúdos, mas, dar condições para o aluno se desenvolver naturalmente com autonomia e independência no ambiente escolar e social. Bem como, apropriar-se do conhecimento científico.

Domanovski e Meyer (2016, p. 4) afirmam: a verdadeira inclusão de alunos surdos na escola e na sociedade depende do conhecimento e do uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por todos. A escola tem um papel muito importante de não apenas facilitar o aprendizado, mas também de proporcionar condições para que o aluno surdo se desenvolva com autonomia e independência, apropriando-se do conhecimento científico.

6. A escola tem algum intérprete/ instrutor de Libras? Entrevistada: Sim, um.

7. Essa aluna tem algum acompanhamento especializado fora da sala de aula? Se sim, onde e por quem?

Entrevistada: Atualmente, não. Já teve do AEE durante a 1ª série, mas optou por não frequentar mais.

8. Você teve alguma capacitação que tratou sobre surdez ou Libras? Entrevistada:

Sim, cursei uma disciplina de Libras na faculdade.

9. Qual a relação que você identifica entre a Libras e a política da inclusão?

Entrevistada: Uma relação de oportunidade de expressão e liberdade de comunicação do surdo, percebendo-se como sujeito social.

De acordo com a resposta da entrevistada, pode-se considerar observação de Barros (2022), que salienta a política da educação inclusiva no Brasil como um marco importante:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 já reconhecia o movimento mundial pela inclusão em defesa do direito de todos à educação como ação política, cultural, social e pedagógica. Segundo esse documento, a inclusão escolar está fundamentada nos direitos humanos que entendem a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, quando alinhados à ideia de equidade. (Barros, 2022, p. 30)

Isso reflete que a partir de 2008, com a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, promove-se o direito à educação para todos como um movimento que transcende o campo educacional, abrangendo dimensões políticas, culturais, sociais e pedagógicas.

b. Entrevista com uma aluna surda

1- Você faz o uso do AEE, e o que você pode falar da aprendizagem desse serviço?

Aluna surda: Sim, muito bom, ajuda nas atividades.

Como se percebeu a aluna surda demonstra que percebe o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma ferramenta positiva em sua jornada de aprendizagem, especialmente no auxílio com as atividades escolares. Isso sugere que o AEE tem contribuído para suprir algumas das necessidades educacionais específicas que ela enfrenta. No entanto, a resposta da aluna é bastante breve e não explora detalhadamente quais aspectos do AEE, ela considera mais benéficos, como estratégias utilizadas, recursos disponíveis ou como isso impacta diretamente na sua aprendizagem e inclusão.

2- Qual os desafios que você sente em aprender Libras? Aluna surda: Um pouco difícil.

A resposta da aluna, ao afirmar que aprender Libras é “um pouco difícil”, revela que enfrenta desafios no processo de apropriação dessa língua, mas não detalha quais são esses obstáculos. Essa percepção pode estar associada a diversos fatores, como o nível de exposição à Libras, a metodologia de ensino, a presença (ou ausência) de um instrutor qualificado, ou até mesmo a disponibilidade de interação com outras pessoas que utilizem Libras regularmente. A pergunta feita é revelante porque busca identificar as dificuldades enfrentadas pela aluna, permitindo compreender melhor os aspectos que precisam de atenção no processo de ensino.

3- As estratégias que o professor usa para ensinar, você gosta? Você aprende Libras com ela?

Aluna surda: Sim.

A afirmação positiva da aluna surda ao afirmar “sim”, indica que aprecia as estratégias utilizadas pelo professor e que essas abordagens têm contribuído para o aprendizado da Libras. No entanto, a resposta é bastante sucinta e não detalha quais estratégias são usadas nem quais ela considera mais eficazes. A pergunta feita é importante, pois busca entender se as metodologias aplicadas pelo professor estão sendo bem recebidas e se estão promovendo o aprendizado.

4 Propostas de intervenção no AEE como estratégias pedagógicas

a. Formação continuada para os professores do ensino regular quanto AEE

O primeiro ponto a ser destacado é a formação continuada para os professores do ensino regular quanto AEE, que precisam estar capacitados para lidar adequadamente às demandas educacionais dos alunos surdos. Na Escola Estadual Antônio Francisco, essa necessidade é evidente, considerando os desafios enfrentados pelos professores em promover a inclusão de alunos surdos. Nesse contexto, Lacerda (2006, p. 176) retrata:

[...] Contudo, a desinformação dos professores e o desconhecimento sobre a surdez e sobre modos adequados de atendimento ao aluno surdo são freqüentes. A prática de muitos anos de acompanhamento de crianças surdas permite afirmar que, infelizmente, a maior parte das inclusões escolares de surdos é pouco responsável. A escola se mostra inicialmente aberta a receber a criança (também porque há a força da lei que diz que a escola deve estar aberta à inclusão), discute as características da criança no momento de sua entrada e, depois, a insere na rotina, sem qualquer cuidado especial.

Lacerda (2006) aponta para um desafio recorrente na inclusão escolar de alunos surdos: a desinformação e o despreparo de muitos professores para atender às necessidades específicas desses estudantes. Esse cenário reforça a importância do atendimento educacional especializado (AEE) como um serviço essencial para garantir uma inclusão mais efetiva e responsável. O AEE na Escola Estadual Antônio Francisco oferece suporte pedagógico individualizado, a exemplo do atendimento a uma aluna surda, isso garante que os alunos com surdez tenham acesso aos recursos e estratégias adequados ao seu processo de aprendizagem. Além disso, o AEE é responsável por orientar professores regulares e a comunidade escolar sobre as características e necessidades do aluno surdo, promovendo adaptações curriculares e práticas inclusivas que considerem o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para o efetivo funcionamento do AEE, é fundamental investir na formação continuada e especializada dos professores e do comprometimento da escola em implementar medidas que vão além do simples cumprimento da lei, mas sim incentivá-los a participarem de cursos de formação e de extensão, principalmente dos ofertados pelas universidades, cito a Universidade Federal Rural do Semi- Árido como a instituição mais próxima de Felipe Guerra (RN).

É essencial que o atendimento seja conduzido de forma colaborativa, com trocas constantes entre o professor do AEE e os professores do ensino regular. Essa articulação deve garantir a adaptação e flexibilização curricular necessárias, de modo a assegurar que os conteúdos sejam apresentados de maneira acessível, respeitando o ritmo e as peculiaridades do aluno surdo. Além disso, o professor do AEE pode fornecer suporte aos professores regulares, orientando-os sobre estratégias pedagógicas inclusivas, uso da Libras em sala de aula e métodos para promover a participação ativa do aluno surdo nas atividades escolares. De acordo com o Art. 13, são atribuídos ao professor do AEE:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (Lima; Santos, 2014, p. 24)

Observa-se, assim, a importância de um atendimento educacional colaborativo entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os professores do ensino regular, visando à inclusão de alunos surdos. Essa colaboração é fundamental para adaptar e flexibilizar o currículo, tornando-o acessível e respeitando as particularidades e o ritmo da aprendizagem. O Artigo 13 da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, define as atribuições do professor do AEE. A colaboração entre os professores do AEE e do ensino regular é essencial para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Essa parceria permite a troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para a adaptação de materiais e estratégias de ensino que atendam às necessidades dos alunos surdos. Além disso, o suporte oferecido pelo professor do AEE aos docentes do ensino regular, como orientações sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e métodos para promover a participação ativa dos alunos surdos, é crucial para a construção de um ambiente educacional inclusivo. Em síntese, a articulação entre o professor do AEE e os professores do ensino regular é vital para garantir que os alunos surdos tenham acesso a um currículo adaptado às suas necessidades, promovendo sua plena participação e desenvolvimento no ambiente escolar.

É importante salientar que a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), *Campus* Caraúbas, oferece cursos de formação como Libras e Pedagogia Bilíngue, e diversos cursos de extensão em Libras, entre eles: Curso de Libras Básico, curso de Libras intermediário, curso de Libras avançado, curso de formação de instrutores de Libras e Libras Instrumental. Isto contribui significativamente para formação de professores e a promoção da inclusão social. Esses cursos visam capacitar profissionais para atuar em contextos educacionais que envolvam a Língua Brasileira de Sinais. Como também a UFERSA promove eventos como o “Surdos em Sociedade: eu também faço parte”, que inclui oficinas e palestras voltadas para difusão da Libras e a conscientização sobre a cultura surda.

Por fim, o atendimento no AEE deve ser continuamente monitorado e avaliado, com ajustes necessários para garantir a evolução do aluno. O uso de registros sistemáticos das atividades e do progresso do estudante permite uma análise crítica do impacto das intervenções, possibilitando a implementação de novas estratégias, se necessário. A inclusão efetiva exige, portanto, um atendimento no AEE que seja dinâmico, colaborativo e centrado nas necessidades do aluno surdo.

b. Oferta e a qualidade dos recursos didáticos e das tecnologias assistidas.

A oferta e a qualidade dos recursos didáticos e das tecnologias assistidas são fatores determinantes para o êxito das práticas inclusivas. Com a inserção desses recursos na Escola

Estadual Antônio Francisco não apenas viabilizam o acesso ao ensino para alunos com deficiência, mas também promovem igualdade no ambiente educacional, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

No contexto da educação inclusiva, os recursos didáticos e as tecnologias assistivas precisam ser adequados às necessidades específicas dos alunos. Para os estudantes surdos, por exemplo, materiais adaptados como livros em Libras, recursos audiovisuais como vídeos legendados ou com interpretação em Libras. A oferta desses recursos deve ser ampla e de qualidade, é necessário também que haja um planejamento eficaz e contínuo para a aquisição, manutenção e atualização dos recursos e tecnologias assistivas nas escolas. Esse método deve envolver gestores escolares, professores e especialistas em educação inclusiva, garantindo que as decisões sejam fundamentais para as necessidades dos alunos. Lacerda (2006, p. 182) salienta:

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de quaisquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades esportivas, de lazer, de artes e de criação, nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso. Não se trata de inserir a criança surda nas atividades propostas para ouvintes, mas de pensar atividades que possam ser integradoras e significativas para surdos e ouvintes.

Lacerda destaca a necessidade de promover espaços educacionais verdadeiramente inclusivos, que valorizem a diversidade e garantam o aprendizado mútuo entre todos os estudantes. Ela ressalta que a inclusão não é simplesmente adaptar o aluno surdo as atividades pensadas para ouvintes, mas criar propostas pedagógicas, culturais e recreativas que sejam significativas para todos. Isso exige um planejamento cuidadoso, que considere as necessidades específicas dos alunos surdos e ouvintes, favorecendo a interação, o respeito às diferenças e o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

Cada aluno com deficiência tem suas particularidades, e os recursos didáticos e as tecnologias assistivas devem ser flexíveis e adaptáveis para atender a essas demandas específicas. Por exemplo, no caso de alunos surdos, a presença de um intérprete de Libras ou de materiais visuais para o entendimento dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Além disso, a interação entre os recursos e as práticas pedagógicas devem ser promovida continuamente. O uso isolado dessas ferramentas sem um alinhamento com o currículo escolar e as metodologias de ensino podem limitar seu impacto positivo.

Portanto, a oferta e a qualidade dos recursos didáticos e das tecnologias assistivas não apenas favorecem práticas inclusivas mais eficazes, mas também asseguram a construção de um ambiente escolar acessível e transformador para que todos os alunos possam alcançar seu pleno potencial. Com isso, é a natureza de uma educação verdadeiramente inclusiva.

c. A articulação entre os profissionais do AEE, os professores do ensino regular e a gestão escolar

A articulação entre os profissionais do AEE, os professores do ensino regular e a gestão da Escola Estadual Antônio Francisco é fundamental para criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Essa colaboração deve ser guiada por uma política educacional clara e por práticas de gestão escolar que promovam a inclusão como um valor central da escola, considerando as especialidades do contexto local e as necessidades dos estudantes, como a inclusão de surdos.

Para que essa articulação seja eficaz, é indispensável a implementação de políticas educacionais que transcendam a mera formalidade normativa e sejam efetivamente incorporadas as práticas cotidianas da escola. Nesse sentido, a gestão escolar assume um papel

estratégico como mediadora e articuladora, promovendo ações que integrem os diversos setores e profissionais, assegurando os recursos humanos, materiais e formativos necessários. Tal papel incluir incentivar uma cultura organizacional que valorize a inclusão como princípio ético e pedagógico, alinhada ao desenvolvimento de formações contínuas que ampliem as competências dos professores e favoreçam a prática reflexiva. Silva (2021, p. 4) ressalta:

Na mesma perspectiva, o gestor escolar e a equipe pedagógica exercem papel basilar na construção de uma escola inclusiva, uma vez que incentivam e coordenam as ações pedagógicas que promovem a inclusão. Grande parte do que é desenvolvido na escola parte das concepções do gestor escolar, que é antes de tudo um educador. Além do papel de administrador, o gestor participa do âmbito pedagógico da escola e tem conhecimento sobre todos os acontecimentos dentro daquele espaço. Logo, a mediação entre o trabalho do professor do AEE e da sala regular, passa pela gestão escolar, bem como são de conhecimento da gestão a qualidade dos equipamentos e materiais da SRM e os principais desafios para a realização da educação inclusiva e de qualidade.

Silva (2021), salienta sobre o papel do gestor escolar na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, sublinhando a importância da liderança escolar como promotora e mediadora das práticas inclusivas, evidenciando que o gestor, além de ser um administrador, é um educador comprometido com a transformação do espaço escolar. Como também, a gestão escolar não se limita às funções administrativas; ela está envolvida no âmbito pedagógico, sendo responsável por coordenar e articular ações que integram o trabalho dos professores da sala de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa mediação é essencial para garantir que ambos os serviços estejam alinhados em seus objetivos e estratégias, promovendo a coerência e a complementaridade no atendimento às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, o gestor escolar é o principal responsável por monitorar a qualidade dos recursos disponíveis, como equipamentos e materiais das Salas de Recursos Multifuncionais, bem como por identificar e enfrentar os desafios que se apresentam no processo de inclusão. Essa responsabilidade exige não apenas conhecimento técnico e pedagógico, mas também uma postura proativa e colaborativa, que incentive o diálogo entre todos os atores da comunidade escolar.

Considerações Finais

Este trabalho buscou identificar os desafios no atendimento educacional especializado (AEE) e propor intervenções como estratégias pedagógicas para a Escola Estadual Antônio Francisco, em Felipe Guerra, especificamente com o ensino de Libras. Atualmente, a Escola oferta os ensinos fundamental 2 e médio, possui atendimento especializado, incluindo alunos surdos. Na Escola, o AEE consegue assegurar aos alunos a integração entre o ensino regular e o especializado, o que reflete para os alunos surdos a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas pelo contato com a Libras. Daí, percebeu-se que o Atendimento tornou-se essencial para alunos com deficiência, complementando o ensino regular e consolidando sua escolarização. Assim, destacou-se os tipos de estratégias pedagógicas de ensino de Libras, a inclusão de alunos surdos na instituição pesquisada. Salientou-se que a inclusão é um tema de interesse no cenário educacional contemporâneo, observando que alunos com necessidades educacionais especiais, especificamente o surdo, precisam de um atendimento que vise assegurar a aprendizagem. Dessa forma, se discutiu com a professora de (AEE) e com uma aluna surda como funcionava as ações do atendimento com ênfase na importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta essencial para a promoção da comunicação e aprendizagem efetiva.

Destarte que a idealização deste trabalho surgiu no período do estágio supervisionado, principalmente nas observações das interações entre a professora do AEE e uma aluna surda da Escola. Isto permitiu, inicialmente, a elaboração de ideias para a construção, primeiro, do projeto de pesquisa, e depois da coleta de dados e, por fim, da análise do tema. Durante o acompanhamento, focou-se em estratégias de comunicação adotadas pela professora, buscando perceber como ela adaptava os conteúdos em Libras para a aluna surda. Dessa forma, para a coleta de dados aplicou-se um questionário para a professora do AEE e para uma aluna surda, tentando identificar os principais desafios e as dificuldades enfrentadas no ensino de Libras. A análise das respostas da professora do AEE e da aluna surda permitiu identificar as práticas pedagógicas adotadas, as dificuldades enfrentadas e as estratégias implementadas para contornar esses desafios. Dessa maneira, destacou-se a necessidade de uma abordagem inclusiva que observe a adaptação curricular, o uso de recursos tecnológicos e materiais didáticos específicos, bem como a formação continuada dos profissionais da educação. Além disso, o contato entre a professora e a aluna surda apresentou relevância do acompanhamento individualizado, proporcionando avanço no processo de escolarização.

É possível estabelecer que os desafios do AEE, na Escola Estadual Antônio Francisco, não se vinculam apenas à infraestrutura, mas também à formação docente, entre as propostas de intervenção estão o investimento na capacitação em Libras para os docentes, a disponibilização de intérpretes e a elaboração de materiais visuais para surdos. Além disso, faz-se necessário a valorização da diversidade dos sujeitos inclusos para a superação de barreiras educacionais encontradas no ensino. Para mais, é interessante frisar que a inclusão de alunos surdos não deve ser vista apenas como uma atividade do AEE, mas como um compromisso de toda a comunidade escolar. Docentes do ensino regular, gestores, pais e demais membros da equipe pedagógica devem estar envolvidos em formar um ambiente que reconheça a diversidade linguística e cultural, valorizando a Libras como uma das principais ferramentas para a introdução ao conhecimento e à socialização.

Observou-se como é importante um acompanhamento continuado da realização das práticas inclusivas, assegurando que as políticas públicas sejam precisamente aplicadas e ajustadas às realidades das escolas. Somente com um empenho integrado será provável superar os desafios que ainda persistem e assegurar que os alunos surdos tenham acesso a uma educação que respeite seus direitos e promova sua autonomia e desenvolvimento. Em vista disso, saliente-se o papel do AEE como um espaço de mediação entre as necessidades dos alunos surdos e os objetivos educacionais. É necessário, portanto, ampliar as discussões e práticas sobre inclusão, para que o espaço escolar, como a Escola Estadual Antônio Francisco, continuem avançando em direção a um ensino que, de fato, contemple a todos.

Percebeu-se que o AEE funcionava dividindo o ambiente com a biblioteca, isso prejudicava a funcionalidade do atendimento e dificultava a adaptação de aulas para os alunos assistidos e a criação de espaço que atendesse às necessidades específicas dos alunos ali assistidos. Esse desafio permanece e traz um questionamento sobre o funcionamento da AEE como um ambiente dedicado aos alunos com deficiência.

Outra perspectiva a ser considerado é a importância de políticas públicas específicas que certifiquem a estrutura necessária às instituições de ensino no processo de inclusão. Isso inclui não apenas a destinação de meios financeiros e materiais, mas também iniciativas que encorajam a formação de docentes e a sensibilização de toda a comunidade escolar. Essa elaboração é indispensável para que os desafios relacionados à inclusão de alunos surdos sejam enfrentados de maneira eficiente, garantindo que a educação seja um direito acessível. Além disso, é essencial que as escolas identifiquem a importância de práticas pedagógicas que signifiquem e respeitem as particularidades linguísticas e culturais dos alunos surdos. A Língua Brasileira de Sinais não deve ser vista apenas como um meio suplementar, mas como um elemento central no decorrer do ensino-aprendizagem. A utilização dessa língua permite

a criação de um ambiente mais inclusivo, no qual os alunos surdos se sintam parte ativa da comunidade escolar, se sentindo capazes de interagir e participar das atividades educativas.

A professora evidenciou, em resposta ao questionário, que há uma resistência dos alunos surdos em adotar a Libras ou outra língua alternativa no processo da aprendizagem. Essa situação prejudica não apenas o acesso às informações dos conteúdos estudados como também limita a comunicação e a interação com os colegas. Isso faz refletir sobre a importância de promover um ambiente escolar que torne relevante a Libras como ferramenta essencial na educação de surdos, pois o incentivo do uso da Libras fortalece a comunicação, a autonomia e a integração dos surdos.

Percebeu-se que a aluna surda demonstrava interesse no trabalho da professora do AEE, tendo o atendimento como ferramenta de apoio para a aprendizagem, principalmente no auxílio das atividades escolares. Ela considerou as estratégias utilizadas e os recursos disponíveis elementos que auxiliam diretamente na sua aprendizagem. Por fim, o atendimento no AEE precisa de ajustes para garantir a evolução do aluno surdo, sugeriu-se o registro sistemático das atividades para compreender o progresso do estudante durante as intervenções adotadas pelo AEE, possibilitando, se necessário, a implementação de estratégias pedagógicas centradas nas necessidades do aluno surdo.

Considerando isso, este trabalho deixa claro que a inclusão educacional de alunos surdos é uma técnica dinâmica e árdua, que necessita de esforço conjunto de todos os agentes envolvidos. A escola, como instituição social, tem o compromisso de assegurar que as necessidades de seus alunos sejam atendidas de maneira integral, ofertando um ensino que enalteça as diferenças e promova a igualdade de oportunidades, o que fortalece a instituição de ensino em busca da garantia da inclusão e o êxito educacional dos alunos surdos, principalmente no que diz respeito à formação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das metodologias de ensino, motivando reflexões que possibilitem mudanças significativas no atendimento educacional especializado.

Em suma, espera-se que os resultados deste estudo sirvam de base para novas pesquisas e atuações direcionadas para a inclusão de alunos surdos. A educação inclusiva não é apenas um direito garantido por lei, mas um compromisso ético e social que deve guiar as práticas pedagógicas e as políticas públicas no Brasil. Que as observações trazidas por este trabalho possam conduzir mudanças significativas e duráveis no campo da educação, auxiliando para a construção de uma sociedade justa, acessível e inclusiva. Portanto, a oferta e a qualidade dos recursos didáticos e das tecnologias assistivas não apenas devem favorecer práticas inclusivas mais eficazes, mas também assegurar a construção de um ambiente escolar acessível e transformador.

REFERÊNCIAS

BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de. **Políticas de educação inclusiva para surdos: documentos oficiais, modelos de educação e marginalidade**. Florianópolis: Htp://Doi.Org/10.5007/1984-8420.2022.E83310, 2022.

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder; BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Deficiência auditiva e o atendimento educacional especializado**. Mossoro: Edufersa, 2015.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Brasília: Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia,, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: O QUE DIZEM ALUNOS, PROFESSORES E INTÉRPRETES SOBRE ESTA**

EXPERIÊNCIA. Campinas: Cedes, 2006.

LIMA, Maria Eliziane Pereira de; SANTOS, Uilma da Silva. **AEE PARA SURDOS: o legal e o real.** João Pessoa: Aee Para Surdos: O Legal e O Real, 2014.

LIMA, Sandra Arnaldo de Amorim; SANTOS, Almir Barbosa Os. **AEE- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS SURDOS: UM DIREITO A SER GARANTIDO.** São Cristovão: Aee Para Surdos, 2013.

MARILENE, Domanovski; MEYER, Vassão Adriane. **Os desafios da escola publica paranaense na perceptiva do professor PDE:** a importância da Libras para inclusão escolar do surdo.. Paraná: Cadernos PDE, 2016.

SENA, Fábila Sousa de; CARVALHO, Lyedja Syméa Ferreira B.; MELO, Manoel Alves Tavares de. **SURDEZ: UMA ABORDAGEM SOBRE A PERSPECTIVA ORALISTA.** Paraíba: Conedu, 2018.

SILVA, Luciana Dantas Sarmento da. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR.** Paraíba: Digital, 2021.

SOUZA, Ana Paula Silvade. **ADAPTAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO EM LIBRAS PARA O ALUNO SURDO DO ENSINO FUNDAMENTAL I.** Patos: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2021.

VASCONCELOS, Ivete Loula. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO PARA ALUNOS SURDOS EM CLASSE REGULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Maceió: Conedu, 2020.